

POR QUE OS PAÍSES SE UNEM?

Jamille Paz Andrade

O presente artigo tem por objetivo indagar acerca dos limites da *Teoria da Vantagem Absoluta* de Adam Smith e a *Teoria da Vantagem Comparativa* de David Ricardo e Stuart Mill como referenciais para a integração das nações, indicar as fragilidades desta abordagem e utilizar a *Teoria da Prática* proposta por Pierre Bourdieu como fator relevante para a formação de Organismos Internacionais de caráter não-econômico e introduzir uma breve discussão sobre a questão da Língua Portuguesa como elemento para a formação de um Organismo Internacional – a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

No decorrer do século XX, podemos observar que, para buscarmos de forma mais rápida e eficiente seus objetivos, os países utilizaram a formação de comunidades e blocos para que, juntos, obtivessem êxito em suas ações mais difíceis como, por exemplo, a resolução de conflitos. Esta prática permitiu que houvesse a consciência acerca da importância da integração. Contemporaneamente é possível observar o crescimento e a importância das Organizações Internacionais, como a Organização das Nações Unidas, Organização Mundial do Comércio, Blocos de Integração Regional, como o MERCOSUL, União Européia e também uma legislação que visa estabelecer parâmetros para regular essa atividade no cenário internacional e que advoga a vantagem de integração entre as nações. Refiro-me especificamente ao Direito Internacional.

É importante dizer que, através das várias abordagens que serão utilizadas neste artigo, buscarei expor alguns argumentos que demonstram a possibilidade de integração de países pelo lado econômico e que servem de justificativas para grandes debates referentes à temática de integração. Esta abordagem propõe que não existe um país auto-suficiente pelos fatores de produção (bens e serviços) e que uma única nação não é suficientemente capaz de produzir todos os produtos de que necessita com qualidade e

Universitas - Relações Int., Brasília, v. 2, n.1, p. 219-233, jan./jun. 2004

eficiência. Para justificar essa abordagem, utilizarei as definições de Aristides Silva¹ e Mankiw² pois estes autores apresentam as idéias de Adam Smith, David Ricardo e Stuart Mill de forma mais didática possibilitando uma melhor assimilação sobre o pensamento destes autores.

O contraponto da abordagem supracitada será a *Teoria da Prática* de Pierre Bourdieu. Esta teoria justificará a minha pesquisa, uma vez que os apontamentos do autor indicam a superficialidade das teorias econômicas visto que estabelecem modelos simplistas e esquemáticos acerca das relações entre as nações, descartando fatores que são importantes e determinantes para a formação de políticas de integração, como a Cultura e o Poder. Serão utilizados também os argumentos de Marshal Sahlins³ os quais confirma a fragilidade da abordagem puramente econômica no tocante à formação de blocos regionais.

A Teoria da Vantagem Absoluta

A História nos mostra que a integração dos países iniciou-se na Antiguidade quando o comércio visava, principalmente, satisfazer a procura de artigos de luxo pelos ricos. A partir do século XVI houve uma revolução no comércio provocada pelo aumento populacional, pelas Cruzadas através das descobertas geográficas e pela ascensão da burguesia. Surge o *Mercantilismo*, que tinha como premissa a idéia de que o Estado deveria ser suficientemente forte para manter a posição de controlador de toda a atividade econômica a fim de assegurar o incremento da riqueza. No âmbito político, o *Liberalismo* visava a liberdade individual no campo econômico⁴ e serviu de sustentação política ao Capitalismo que neste momento manifestava seus primeiros passos.

¹ Aristides Silva, *Economia Internacional – Uma Introdução*. Editora Atlas S/A 1977.

² N. Gregory Mankiw. *Introdução à Economia*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

³ Ver Marshal Sahlins. “La pensée bourgeoise: a sociedade ocidental enquanto cultura”. In: *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 166 - 203

⁴ Aristides Silva, op.cit, p. 26-30.

Aristides Silva descreve que no início do século XVIII os comerciantes já constituíam uma classe poderosa com grande influência junto aos governos. A eles se juntaram industriais, banqueiros e armadores⁵. A corporação foi sendo substituída pelo negociante individual que, a esta altura, percebeu que a liberdade permitiria aumento de seus ganhos, uma vez que um mercado livre oferecia melhores oportunidades para a iniciativa individual. A atividade econômica não estaria mais sujeita ao controle da corporação, do Estado ou da Igreja e, aos poucos, as decisões econômicas passaram a ser tomadas majoritariamente pela burguesia que abastecia um mercado em expansão. Para consolidar esta liberdade individual no campo econômico, Adam Smith⁶ formula a seguinte filosofia econômica: ao procurar o seu próprio interesse, o indivíduo automaticamente promove o interesse da sociedade. O autor também afirma que todos os países que praticam o comércio exterior obtêm duas vantagens distintas: exportam a superprodução de sua terra e de seu trabalho, para qual não há procura interna e obtêm em troca alguma coisa para a qual existe procura, assim, dão valor ao que sobra trocando por aquilo que possa satisfazer às necessidades e aumentar o bem-estar interno.

Segundo Aristides Silva, os países mantêm relações para adquirir bens e serviços que não possuem e nem têm condições de produzir, com a finalidade de obter vantagens no exterior a custos menores do que produzindo internamente e é preciso haver um equilíbrio entre importação e exportação, por isso é importante que o país consiga exportar bens que podem produzir além de suas necessidades para que possa pagar suas importações. A transferência de fatores produtivos tais como: mercadoria, mão-de-obra, capital e tecnologia apresentam importância vital para os países. Assim sendo,

⁵ Pessoa ou firma que, à sua custa, equipa, mantém e explora comercialmente embarcação mercante, podendo ser ou não o seu proprietário. Proprietário de casa mortuária. (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o Dicionário de Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 1441 p).

⁶ Adam Smith, *The Wealth of Nations*, New York. The Modern Library, 1937, p.415 Apud Aristides Silva

quer pela transferência de mercadorias e serviços, quer pelo uso de recursos e técnicas as nações dependeriam economicamente cada vez mais uma das outras.

A primeira explicação para o fenômeno da integração internacional foi denominada de *Teoria da Vantagem Absoluta*. Esta Teoria procura a comparação entre produtores de um bem levando em conta sua produtividade: Segundo Mankiw, o produtor que precisa de uma menor quantidade de insumos para produzir um bem tem vantagem absoluta na produção desse bem⁷. De acordo com essa teoria, a especialização e a integração permitiriam aumentos quantitativos da produção e do consumo, através do emprego dos mesmos recursos, resultando, portanto, na melhoria do bem-estar material de todas as nações que a praticam.

Teoria da Vantagem Comparativa

Com base na *Teoria da Vantagem Absoluta*, David Ricardo e Stuart Mill elaboraram a *Teoria da Vantagem Comparativa* demonstrando que cada país tem uma vantagem comparativa na produção de um determinado produto. Concordando com Adam Smith, os autores acreditam que o país deve se especializar na produção daquele produto que lhe é mais fácil produzir e comprar de outro país aquele cuja dificuldade de produção é notória, assim, a especialização e as trocas, no campo internacional ofereceriam vantagens aos países que a praticam.

“Se um país estrangeiro pode oferecer-nos determinada mercadoria a preços menores do que o custo que teríamos ao produzi-la, é melhor que a compremos dele, pagando-o com parte da produção de setores de nossa indústria, nos quais temos alguma vantagem”.⁸

Mas, discordando de Adam Smith, Ricardo e Stuart Mill demonstraram que não é necessária a existência da vantagem absoluta

⁷ Ver Mankiw, N. Gregory *Introdução à Economia*, op. cit, p.47-57.

⁸ Adam Smith., *The Welth of Nations*, New York, The Modern Library, 1937 pág. 137 Apud Aristides Silva, op.cit.

para que a especialização e a integração sejam vantajosas. Mesmo que um país apresente vantagem absoluta em todas as linhas de produção, ainda será vantajosa a integração desde que ele se especialize na produção do bem em que sua vantagem absoluta for maior. Ao mesmo tempo, o país que apresenta desvantagem absoluta pode obter um maior ganho ao concentrar os seus recursos na produção do bem em que sua desvantagem for menor.

As Teorias da Vantagem Comparativa e da Vantagem Absoluta mostram que a especialização e a integração direcionadas ao emprego mais eficiente dos fatores permitem um aumento da produção mundial e, conseqüentemente, maior volume de bens e serviços à disposição dos consumidores.

O que podemos observar com as teorias supracitadas é que estes autores não explicam que, no processo de integração das nações, as disparidades econômicas são evidentes. Ao enfatizar o desenvolvimento econômico das nações pela sua especialização na produção, essas teorias omitem a relação de poder que sempre estruturou a relação entre as nações, especificamente àquela estabelecida entre países com distintos graus de desenvolvimento tecnológico. O fato interessante a comentar é que, para uma determinada nação, não basta somente se especializar e produzir de forma eficiente. Tendo como exemplo os Estados Unidos e o Brasil e suas respectivas capacidades de produção de qualidade, vemos que os Estados Unidos possuem uma grande vantagem de compra devido ao fato de seus produtos possuírem valor agregado muito maior que os brasileiros, uma vez que os EUA produzem manufaturas e produtos tecnológicos que exigem especialização científica muito maior para a sua confecção que os nossos produtos agrícolas, minérios, entre outros. Conclui-se então que além da necessidade de se produzir produtos com a melhor qualidade possível, é importante também que a produção envolva fatores de trabalho como mão-de-obra especializada e tecnologias avançadas que possam atribuir um maior valor agregado às mercadorias.

Uma interessante análise dessas teorias surge quando é aplicada ao período colonial. Será que a crença na vantagem absoluta ou comparativa contribuiu para o desenvolvimento dos Países Europeus e

para a exclusão dos países coloniais? Uma vez que o objetivo da época era a especialização naquilo que seria mais eficiente produzir (podemos citar o clássico exemplo de Portugal e sua produção de vinhos e a Inglaterra e sua produção de tecidos) é de fácil percepção que os países que produziam manufaturas, que são basicamente produtos de maior valor agregado obteriam lucros maiores e também um poder de compra elevado. O que é importante destacar é a omissão da relação de poder que estrutura a produção, posto que ao entender que nações semi-industrializadas devem se dedicar às atividades primárias, estas teorias acabam concordando tacitamente com a desigualdade entre as nações.

Como a maioria das colônias existentes no mundo cumpriam o papel de fornecedores de matéria-prima às metrópoles, observamos que a grande parte das colônias não tiveram oportunidades para especializar a sua produção e que seus produtos eram também alvo de especulação e concorrência uma vez que as características climáticas, o relevo da região e a produção como o café e açúcar por exemplo, eram similares.

Além do que já foi citado, é importante dizer que as teorias já apresentadas descartam um fator que é determinante para o consumo e para a organização de uma sociedade: a cultura⁹. Para Geertz, a cultura é vista como um conjunto de mecanismos de controle - planos, receitas, regras, instruções para governar o comportamento. Esse mecanismo de controle determina o padrão de escolha, o estilo de vida, o ordenamento social, entre outros e não é apenas um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela - a principal base de sua especificidade. A partir desta linha de raciocínio, nós somos seres incompletos e inacabados que nos completamos e acabamos através da cultura - não através da cultura em geral, mas através de formas altamente particulares de cultura. Nossas idéias, nossos valores, nossos atos, até mesmo nossas emoções são, como nosso próprio sistema nervoso, produtos culturais.

⁹ O significado do conceito de cultura que será defendido nesta monografia é a mesma apresentada por Clifford Geertz em *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

Para justificar minha afirmação, quero descrever nas linhas abaixo a discussão proposta por Marshal Sahlins¹⁰ com o objetivo de buscar uma maior compreensão sobre a necessidade da cultura como fator primordial e essencial para a formação da teoria integracionista. No texto em que analisa a sociedade ocidental enquanto cultura, o autor demonstra a interdisciplinariedade das Ciências Sociais e Econômicas, na qual a estrutura da economia por parecer uma consequência objetivizada do comportamento prático, omite a organização social das coisas e o projeto cultural de pessoas e bens refletido no mercado.

*“Ao tratar a produção como um processo natural pragmático de satisfação de necessidades, corre o risco de uma aliança com a economia burguesa no trabalho de aumentar a alienação de pessoas e coisas para um poder cognitivo maior. Os dois (a economia e a alienação) se uniriam para esconder o sistema significativo na práxis pela explicação prática do sistema. Se esconder é permitido, ou introduzido clandestinamente como premissa, tudo aconteceria em uma antropologia marxista como acontece na economia ortodoxa, como se o analista fosse logrado pelo mesmo fetichismo da mercadoria que fascina os participantes no processo. Concebendo-se a criação e o movimento de bens somente a partir de suas quantidades pecuniárias (valor de troca), ignora-se o código cultural de propriedades concretas que governa a “utilidade” e assim continua incapaz de dar conta do que é de fato produzido”.*¹¹

Sahlins afirma a necessidade de se considerar a formação cultural de uma sociedade para estudos de caráter econômico visto que a cultura estrutura o campo econômico, a demanda e a produção de bens e que ignorar esse código cultural recria a auto-ilusão racionalista da sociedade onde o sistema lógico dos objetos e relações sociais segue em um plano inconsciente, manifestado somente através de decisões de mercado baseadas no preço, deixando a impressão de que a produção não passa de uma manifestação de uma racionalidade esclarecida. Para o autor, a estrutura da economia aparece como a

¹⁰ SAHLINS, Marshal. Em *La Pensée Bourgeoise – a sociedade ocidental como cultura*, op.cit.

¹¹ SAHLINS, M. *La pensée bourgeoise. In Cultura e razão prática*, op.cit. p.166

consequência objetivizada do comportamento prático, mas é condicionado por uma demanda cultural de bens e objetos¹².

Com essa visão, é possível perceber que existe um ordenamento cultural que orienta a produção e que além de uma natureza biológica, o homem possui uma segunda natureza, a cultural, que ordena das suas mais simples atitudes às intenções econômicas e a estratégia de produção. Segundo Marx, a produção não é devotada somente à reprodução dos produtores, mas também às relações sociais sob as quais ela se dá. Os homens nunca produzem absolutamente, isto é, como seres biológicos em um universo de necessidade física. Os homens produzem objetos para sujeitos sociais específicos, no processo de reprodução de sujeitos por objetos *sociais*¹³.

Desta forma, o que podemos concluir é que a produção é movida por uma intenção cultural¹⁴, uma determinação de valores que representa um processo contínuo de vida social na qual os homens reciprocamente definem os objetos em termos de si mesmos e também se definem em termos de objetos. Sahlins, utiliza vários exemplos para defender suas afirmações e demonstra que o valor de uso não é menos simbólico ou menos arbitrário que o valor-mercadoria. Ele cita a razão pela qual, na sociedade ocidental burguesa, a carne de cachorro não é comestível e a de boi o é, sendo que as propriedades nutricionais da carne canina são praticamente as mesmas da bovina. É por sua correlação em um sistema simbólico e não pela natureza do objeto em si nem por sua capacidade de satisfazer uma necessidade material que os objetos adquirem valores diferenciados. O autor afirma que “Nenhum objeto, nenhuma coisa é ou tem movimento na sociedade, exceto pela significação que os homens a atribuem”.¹⁵

Com essa breve explicação quero, nas linhas subsequentes, apresentar a *Teoria da Prática* de Bourdieu¹⁶. Esta teoria visa justificar a importância e a eficiência de se considerar fatores ideológicos e

¹² Marshal Sahlins, op. cit p.166.

¹³ Marshal Sahlins, op.cit p.168

¹⁴ Marshal Sahlins,op.cit p.169

¹⁵ Marshal Sahlins, op.cit p.170

¹⁶ Pierre Bourdieu. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo. Editora Perspectiva S/A. 1999.

culturais em estudos sócio-econômicos e indica também a integração de comunidades não somente por fatores relacionados ao mercado e sim por familiaridade de ideologia, crenças e língua.

A Teoria da Prática

Segundo Miceli¹⁷, o estudo da “ideologia” e da “cultura” passou a constituir um dos objetos cruciais das Ciências Humanas. Uma boa demonstração desta prática foram as inúmeras correntes teóricas e métodos de análise que sugeriram depois da metade do século XX na Europa e nos Estados Unidos com esse objetivo. Essas correntes teóricas e novas análises fizeram com que os clássicos fossem relidos a partir desta perspectiva e que a problemática da ideologia se tornasse a preocupação central dos estudos modernos. Com isso, estabelecendo-se que a importância e a eficiência de uma teoria científica dependem da sua capacidade para fixar os elementos constantes deixando de lado a variedade da aparência, Miceli consegue distinguir duas posturas principais dentre as diversas orientações que lidam com sistemas de fatos e representações comumente recobertos pelo conceito de cultura:

*“A problemática Kantiana que considera a cultura em sua qualidade de instrumento de comunicação e conhecimento responsável pela forma nodal de consenso, qual seja o acordo quanto ao significado dos signos e quanto ao significado do mundo. De outro, tende-se a considerar a cultura e os sistemas simbólicos em geral como instrumento de poder, isto é, de legitimação da ordem vigente”.*¹⁸

Desta forma, este autor indica que a limitação mais grave da primeira tendência reside no fato de privilegiar a cultura como

¹⁷ Sérgio Miceli. Ver a introdução de *A Economia das trocas simbólicas*, op.cit.

¹⁸ Sérgio Miceli, op.cit p.VIII.

estrutura estruturada¹⁹ em lugar de enxergá-la como **estrutura estruturante**²⁰ relegando, portanto, as funções econômicas e políticas dos sistemas simbólicos e enfatizando a análise interna dos bens e mensagens de natureza simbólica. Para Bourdieu, a organização interna dos sistemas de classificação obedece a um modelo fornecido pela sociedade:

*“Uma vez que os sistemas simbólicos derivam suas estruturas da aplicação sistemática de um simples principium divisionis e podem assim organizar a representação do mundo natural e social dividindo-o em termos de classes antagônicas; uma vez que fornece tanto o significado quanto um consenso em relação ao significado através da lógica de inclusão/exclusão, encontram-se predispostos por sua própria estrutura a preencher funções simultâneas de inclusão e exclusão, associação e dissociação, integração e distinção. Somente na medida em que tem como função lógica e gnosiológica – isto é política -, de legitimar uma ordem arbitrária; em termos mais precisos, é porque enquanto uma estrutura estruturada ela reproduz sob forma transfigurada e, portanto, irreconhecível, a estrutura das relações sócio-econômicas prevalentes que, enquanto uma estrutura estruturante (como uma problemática), a cultura produz uma representação do mundo social e imediatamente ajustada à estrutura das relações sócio-econômicas que, doravante, passam a ser percebidas como naturais e, destarte, passam a contribuir para a conservação simbólica das relações de força vigentes”.*²¹

Neste contexto, Bourdieu valoriza a dimensão simbólica ou ideológica dos processos sociais ligada a uma ênfase quanto às determinações específicas do sistema de dominação, a um

¹⁹ Que é, segundo Miceli, ligada à noção primitiva de classificação: uma operação lógica que consiste em hierarquizar as coisas do mundo sensível em grupos e gêneros cuja delimitação apresenta um caráter arbitrário. Segundo Durkeim, “a classificação das coisas reproduz a classificação dos homens”. A organização social constitui a base e o fundamento último do sistema de classificação das coisas.

²⁰ Para Miceli, a organização do mundo e a fixação de um consenso a seu respeito constituem uma função lógica necessária que permite à cultura dominante, numa dada formação social, cumprir sua função político-ideológica de legitimar e sancionar um determinado regime de dominação.

²¹ Pierre Bourdieu. “The Thinkable and the Unthinkable”, in The Times Literary Supplement. 1971 p.1255-6. Apud Sérgio Miceli. “A Economia das Trocas Simbólicas”, op.cit.

privilegiamento excessivo dos modos racionais pelos quais o agente ordena a realidade que o envolve. Deste modo, afirma que as relações entre os grupos e/ou as classes obedecem a uma lógica que reproduz de forma dissimulada no plano das significações. Como exemplo, cita a sociedade capitalista cujo desenvolvimento baseia-se numa divisão do trabalho altamente complexa e diferenciada a que corresponde uma sociedade de classes, cujas posições respectivas e cujo peso relativo encontram seu fundamento nas formas pelas quais se reparte, de maneira desigual, o produto do trabalho, sob as modalidades de capital econômico e cultural.

Com estas aspirações apresentadas, quero, nas linhas subseqüentes, expor, dentro das Teorias de Integração apresentadas uma breve argumentação sobre que classificação seria melhor denominada para aqueles países que com as mínimas condições econômicas e tecnológicas se unem visando à geração de novas políticas para o desenvolvimento evidenciando não somente acordos comerciais, mas também a formação de laços permanentes pela produção de conhecimento e a expansão das políticas sociais. Desta forma, os comentários a seguir refere-se à conceituação de Organização Internacional proposta por Cláudio Zanghi com o objetivo de classificar a formação de blocos de caráter não-econômico na literatura das Relações Internacionais.

“O progressivo aumento dos membros da comunidade internacional e a variedade de interesses políticos, econômicos e sociais que ele trouxe, levaram os Estados a criar formas associativas em áreas geopolíticas, espontaneamente definidas pela afinidade de interesses e problemas, com o fim de alcançar objetivos comuns, mais facilmente acessíveis num contexto homogêneo, baseado em razões políticas, econômicas, sociais, geográficas, ou mesmo étnicas e religiosas. Esse fenômeno se manifesta na instituição de organizações regionais específicas, nomeadamente no campo econômico; mas dá-se também no seio das organizações internacionais, de tendência universalista, em cujo âmbito os grupos regionais homogêneos constituem muitas vezes o elemento catalisador no desenvolvimento de ações comuns ou coordenadas, ou então o pressuposto de uma estrutura descentralizada,

Universitas - Relações Int., Brasília, v. 2, n.1, p. 219-233, jan./jun. 2004

*territorialmente articulada, mediante órgãos regionais criados na área dos órgãos subsidiados”.*²²

O conceito que utilizarei de Organização Internacional é o mesmo proposto por Zanghi - *União Internacional de Estados* que, segundo o autor, é a forma mais freqüente e, ao mesmo tempo, mais simples, usada pelos sujeitos do ordenamento internacional para a satisfação de um interesse comum. Os requisitos essenciais se resumem na existência de um acordo internacional entre os Estados, visando criar uma colaboração estável, disciplinada por normas de Direito Internacional para a realização de interesses comuns. Desta ampla categoria se distinguem as uniões internacionais institucionalizadas, isto é, as que não se limitam a coordenar as atividades dos Estados-membros, mas dão lugar a uma entidade separada, destinada a exercer sua própria função prevista por um acordo internacional.

*“A Organização Internacional é uma associação entre sujeitos de Direito Internacional²³, instituída e disciplinada segundo normas do mesmo direito, concretizado numa entidade de caráter estável e dotada de um ordenamento jurídico peculiar, bem como de órgãos e meios próprios para cumprir os fins de interesses comuns para que foi criada”.*²⁴

A análise dessa realidade permite acrescentar certos elementos que, por sua presença na quase totalidade das organizações internacionais existentes, bem podem ser considerados como características gerais dessas entidades. O primeiro de tais elementos reside no *caráter voluntário* da sua constituição.

“O acordo internacional que lhe dá origem é, de fato, ato atípico em que se concretiza o encontro das vontades de vários sujeitos. Esta característica está destinada a refletir-se na própria vida da entidade,

²² Cláudio Zanghi, *Organização Internacional* In: Norberto Bobbio. *Dicionário de Política*. 5 ed. Editora Universidade de Brasília. 2000.

²³ O Estado Soberano, as Organizações Internacionais e outras associações de Estados, por exemplo.

²⁴ Cláudio Zanghi, *Organização Internacional*. op. cit.

*geralmente ligada á duração do ato da instituição e, conseqüentemente, à vontade dos sujeitos que lhe deram vida”.*²⁵

Outro elemento, segundo Zanghi, é o *caráter paritário* em que a associação se funda. Diversamente do que ocorre com certas uniões de Estados que podem, inclusive, validar a preponderância de um sujeito sobre outro, todas as Organizações Internacionais se baseiam no princípio da igualdade dos membros.

O autor indica como terceiro elemento a *pluralidade dos membros* que constituem uma organização internacional. Esta se origina num acordo multilateral e só fica geralmente instituída quando um certo número de Estados, previsto no próprio acordo, manifestou a vontade definitiva de participar, mediante as formalidades prescritas para aceitação do ato institutivo.

Seguindo esta definição de Organização Internacional proposta e pelas aspirações da cultura como fator importante para a formação de classes, sistemas e estruturas sócio-econômicas, será exposta nas linhas abaixo uma breve discussão sobre o caráter dinâmico da cultura que sofre mudanças por fatores internos e externos e o contato com outras culturas gera uma troca, um “comércio”. Esta abordagem será dada por base ao questionamento proposto por Kwame Anthony Appiah²⁶ sobre a manutenção do idioma colonial nos Estados africanos colonizados por Portugal, mesmo depois uma brutal história colonial e de quase duas décadas de contínua resistência armada que, apesar da descolonização da África Portuguesa, em meados dos anos 70, foi deixado para estas nações uma elite que redigiu as leis e a literatura africanas em português.

Segundo Pierre Bourdieu²⁷, embora seja legítimo tratar as relações sociais como interações simbólicas, isto é, como relações de comunicação que implicam o conhecimento e o reconhecimento, não se deve esquecer que as trocas lingüísticas – relações de comunicação por excelência – são também relações de poder simbólico onde se

²⁵ Cláudio Zanghi, op. cit

²⁶ Kwame Anthony Appiah. *Na Casa de Meu Pai – A África na Filosofia da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto. 1997.

²⁷ Pierre Boudieu. *A Economia das trocas Lingüísticas: O que Falar quer dizer*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1998.

atualizam as relações de força entre os locutores ou seus respectivos grupos.

De acordo com os pensamentos apresentados, Appiah descreve a importância da manutenção da língua europeia após a independência pela razão óbvia de que a escolha de qualquer outra língua nativa teria favorecido um único grupo lingüístico. Assim, a língua do colonizador acabou operando como o elemento capaz de construir uma idéia, ainda que fraca, de unidade nacional mais recém-inaugurados nos Estados pós-coloniais de África.

Para abrir caminho para fora de suas próprias comunidades e adquirir o reconhecimento nacional, para não falar do internacional; a maioria das línguas tradicionais – com a exceção óbvia do swahili - tem que ser traduzida. Poucos estados africanos têm o privilégio de corresponder a uma comunidade linguística tradicional. Por essa simples razão quase todos os escritores que procuram uma tradição nacional, transcendendo divisões étnicas dos novos Estados Africanos, tiveram de escrever em línguas europeias ou correr o risco de ser vistos como particularistas, identificados com as antigas fidelidades e não com as novas [...]. Em certo sentido, temos usado as línguas europeias porque, na tarefa de construção nacional [nation-building], não podíamos nos dar ao luxo, politicamente de usar as línguas uns dos outros.

Convém dizer que há outras razões, mais ou menos honrosas, para a extraordinária persistência das línguas coloniais. Não podemos ignorar, por exemplo, do lado honroso, as dificuldades práticas de desenvolver um sistema educacional moderno numa língua em que nenhum dos manuais e livros didáticos foi redigido; tampouco devemos esquecer, na coluna dos débitos, a possibilidade menos nobre de que essas línguas estrangeiras, cujo domínio havia marcado a elite colonial, tenham-se transformado em marca de status precioso demais para serem abandonadas pela classe que herdou o Estado colonial. Juntas, essas forças díspares conspiraram no sentido de garantir que o corpo mais importante de textos da África abaixo do Saara, mesmo depois da independência, continuasse a ser redigido em inglês, francês e português.²⁸

Essa identidade com a língua do colonizador proporcionou aos povos africanos uma união que os vários idiomas nativos não poderiam proporcionar. Tornou-se uma marca para as nações pós-coloniais

²⁸ Ver Kwame Anthony Appiah, op.cit. p.19-51.

africanas, uma vez que estas não mais a identificavam como idioma do colonizador, mas como “língua unificadora de nossa nação nova e poliglota”.²⁹

Portanto, para o estudo da integração das nações, é importante que fatores relacionados à cultura sejam abordados de forma a serem referenciais e não meramente acessórios. Deste modo, conseguiremos elaborar teorias e ações que sejam voltados para uma sociedade que não se encaixa aos padrões expostos às Teorias Econômicas “excludentes”, de forma que incentive o desenvolvimento da técnica ou a especialização científica que correspondam às necessidades desses povos por meio do aproveitamento das vantagens locais.

Referências bibliográficas

- APPIAH, Kwame Anthony. *Na Casa de Meu Pai: A África na Filosofia da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.302 p.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 2000, 5.ed.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Lingüísticas: O Que Falar Quer Dizer*. São Paulo: Edusp, 1998, 2.Ed. 188p
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia Das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1999, 5.Ed.361 p.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio De Janeiro: Zahar, 1978/1989. 323p.
- MANKIW, N. Gregory. *Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia*. Rio De Janeiro: Campus, 2001, 2.Ed.831p.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática*. Rio De Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 231p.
- SILVA, Aristides. *Economia Internacional: Uma Introdução*. São Paulo: Atlas, 1977.246p.

²⁹ Ver Kwame Anthony Appiah, op.cit. p.221-240.